

## **PERCEPÇÕES SOBRE VALORAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS EM CLUBES DE FUTEBOL DO RIO DE JANEIRO**

## **PERCEPTIONS ON VALUATION OF INTANGIBLE ASSETS IN FOOTBALL CLUBS OF RIO DE JANEIRO**

### **José André Villas Boas Mello**

Email: joseavbm@yahoo.com.br

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, Brasil.

### **Filipe Mendes Goncalves**

Email: filipemendes81@gmail.com

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, Brasil.

### **Fernando Diego de Souza Correia**

Email: fernandoepro@hotmail.com

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, Brasil.

### **Hugo Marques Mourão**

Email: huguinho.marques@hotmail.com

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, Brasil.

Manuscript first received/Recebido em: 06/11/2016 Manuscript accepted/Aprovado em: 28-12/2017

## **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é verificar o entendimento dos gestores de futebol a respeito da contabilização do atleta da base como um ativo intangível do clube. Esta pesquisa caracteriza-se por ter um caráter exploratório e qualitativo, tendo tido como universo os clubes das séries A, B e C do campeonato carioca, e contou com uma amostra de 10 clubes que possibilitou um estudo multicase com relevância estatística que permite generalizar as percepções coletadas. Dentre os principais resultados se tem que os gestores apontam que a categoria de base que coordenam é tratada como unidade de negócio, mas quando se busca identificar o entendimento dos mesmos quanto ao processo de contabilização dos ativos intangíveis que gerenciam, não houve respostas contundentes que pudessem confirmar que os princípios contábeis de valoração dos ativos das organizações desportivas pudessem estar sendo aplicados.

**Palavras-chave:** futebol; intangível; categoria de base.

## ABSTRACT

The objective of this study is to verify the understanding of the soccer managers regarding the accounting of the young athletes of the basic categories as an intangible asset of the club. This research is characterized by an exploratory and qualitative character, having as a universe the clubs of the series A, B and C of the Carioca championship, and had a sample of 10 clubs that made possible a multicases study with statistical relevance that generalizes the Perceptions. Among the main results is that managers indicate that the base category they coordinate is treated as a business unit, but when it is sought to identify their understanding of the process of accounting for the intangible assets they manage, there were no strong answers that could confirm that the accounting principles for the valuation of the assets of sports organizations could be applied.

**Keywords:** soccer clubs; intangible; base category.

## 1 INTRODUÇÃO

A modalidade desportiva futebol é uma das que mais lida com fluxos de receita e despesas, principalmente os grandes clubes que participam das principais ligas e campeonatos. Portanto, se torna obrigatório que se profissionalizem e tenham linhas orçamentárias alinhadas ao que faturam. De acordo com Somoggi (2013), a receita dos vinte maiores clubes brasileiros em 2013 somou 3,1 bilhões de reais. Pode-se observar que este esporte vem deixando de ser mera atividade de entretenimento, para tornar-se também um grande e lucrativo negócio. Jahara et al.(2016) ratificam que a cada vez mais o esporte tem deixado de ser considerado uma atividade de lazer e ganhado uma perspectiva de negócio, porém são poucos os clubes que conseguem através de uma gestão profissional e eficiente, ao final de cada período, obter resultados financeiros positivos.

Aos grandes clubes do futebol brasileiro, além dos contratos de televisão e venda de atletas, surge como alternativa para aumentar as receitas, a exploração da marca em ações de marketing e o desenvolvimento de atletas da base que acaba valorizando o ativo intangível com os atletas formados nas categorias de base do clube. Segundo Dantas et al. (2011), os ativos intangíveis permeiam o mercado de futebol onde os principais ativos das entidades futebolísticas são os contratos com os jogadores e os torcedores são considerados usuários importantes da informação contábil, uma vez que fornecem recursos para tais entidades.

Campos e Mello (2014) sugerem que a venda de atletas, de forma geral, se apresenta, em geral, como a terceira principal fonte de captação de recursos.

As análises dos clientes e das fontes de receita dos clubes representam passos importantes para que haja o desenvolvimento de novas estratégias. Além disso, Dantas et al.(2011) sugere que a quantidade de torcedores pode ser determinante para o número e o montante de recursos de patrocínios e direitos televisivos. Quanto maior e mais fiel é esta torcida, melhor será a capacidade de gerar recursos para a entidade. Segundo Pereira (2004) um fator preponderante é administrar de forma eficaz os recursos, maximizando as receitas e controlando os custos paralelamente.

As categorias formadoras de atletas dos clubes brasileiros são conhecidas como categorias de base. São niveladas de acordo com a idade, sendo: mirim, infantil, juvenil e juniores; com idade até 13 anos, 15 anos, 17 anos, 20 anos, respectivamente nessa ordem. O investimento e formação dos atletas das categorias de base tendem ser mensurados e previstos como intangível, uma conta do ativo que contribui com o planejamento orçamentário e a capacidade de efetuar negociações.

Diante dos valores gastos nas categorias de base e do potencial de formação de atletas qualificados, elas tendem e podem ser tratadas como unidade de negócio com suas próprias metas e objetivos, tratando o jovem que lá frequenta como um bem intangível e com valor para o clube, pois pode ser um ativo relevante para a composição do elenco profissional a ser montado em anos seguintes.

O objetivo deste trabalho é verificar o entendimento dos gestores de futebol a respeito da contabilização do atleta da base como um ativo intangível do clube. Acredita-se que se trata de um tema estratégico para os executivos do futebol, pois a falta de informação e profissionalização do setor faz com que o processo de formação e avaliação dos atletas dos atletas se torne ineficiente e conduzido por percepções.

Os ativos intangíveis permeiam o mercado de futebol onde os principais ativos das entidades futebolísticas são os contratos com os jogadores e os torcedores são considerados usuários importantes da informação contábil, uma vez que fornecem recursos que financiam tais entidades (Dantas et al., 2011). O estudo é relevante por dar transparência e evidenciar quais dos clubes tradicionais desmembram seu intangível entre o profissional e a categoria de base, e o quanto do intangível referente a categoria de base representa em relação ao intangível total e ao faturamento total.

É importante destacar que, atualmente, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, é exigido que todas as empresas elaborem o balanço patrimonial (BP) de acordo com as normas

vigentes no país e em harmonia com as práticas internacionais, portanto contemplando os intangíveis (Mantovani e Santos, 2014). Além disto, a avaliação desta percepção pode induzir a construção de indicadores, o que Carvalho et al.(2016) classifica como instrumentos de gestão essenciais nas atividades de monitoramento e avaliação das organizações, pois permitem acompanhar o alcance das metas, identificar avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas e necessidades de mudança.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa caracteriza-se por ter um caráter exploratório de abordagem quantitativa e qualitativa. Salienta-se que as pesquisas exploratórias são aquelas que têm por objetivo explicitar e proporcionar maior entendimento de um determinado problema. A pesquisa envolveu como universo, clubes de três diferentes divisões do futebol do Rio de Janeiro: Série A com 16 clubes. Serie B com 20 e a Série C com 23.

Após ida a campo, em busca de organizações desportivas que se enquadravam no perfil objeto deste estudo, foram obtidas respostas de 10 clubes representando 17% dos membros que disputam as três divisões, que são: América Futebol Clube, Art Sul Futebol Clube, Associação Atlética Portuguesa, Boavista Sport Club, Bonsucesso Futebol Clube, Botafogo de Futebol e Regatas, Clube de Regatas Vasco da Gama, Fluminense Football Club, Friburguense Atlético Clube, Nova Iguaçu Futebol Clube.

## 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 3.1 AS CIÊNCIAS CONTÁBEIS COMO MECANISMO DE REGISTRO MONETÁRIO

A contabilidade é um sistema de controle e avaliação destinado a mostrar aos *stakeholders*<sup>1</sup>, as demonstrações e análises: econômica, financeira e de produtividade, a contabilização da entidade estudada. Essas informações são demonstradas através dos relatórios contábeis, que são apresentados de forma resumida e periódica (COUTINHO et al., 2012).

Os relatórios contábeis obrigatórios para as essas empresas são: Balanço Patrimonial, Demonstração de resultado do exercício, Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado. Ao final de cada exercício social, período de Janeiro á Dezembro, as entidades elaboram os relatórios citados com base na escrituração contábil, os publicará em algum órgão oficial (União, estado ou

---

<sup>1</sup> partes interessadas nas informações.

Distrito Federal), e em um jornal de grande circulação onde a empresa está localizada (COUTINHO et al., 2012).

Um dos principais relatórios segundo Coutinho et al. (2012) é o balanço patrimonial, no qual a definição segundo Conselho Federal de Contabilidade (2005) é: “Demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade”, nele as contas deverão ser classificadas e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e análise da situação econômico- financeira da empresa. De acordo o portal da contabilidade, “o § 1º do artigo 176 da Lei 6.404/76, as demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior, para fins de comparação”.

O balanço patrimonial é constituído pelo ativo, pelo passivo e pelo patrimônio líquido. Os conceitos são os seguintes: “a) ativos compreende os bens, os direitos e as demais aplicações de recursos aplicados pela entidade, capazes de gerar benefícios econômicos futuros, originados de eventos ocorridos; b) passivo compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para sua liquidação; c) patrimônio líquido compreende os recursos próprios da entidade, e seu valor é a diferença positiva entre o valor do ativo e do passivo. Quando o valor do Passivo for maior que do Ativo, o resultado é denominado, Passivo a ser Descoberto. Portanto, a expressão Patrimônio Líquido deve ser substituída por passivo a ser descoberto”. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2005).

Os ativos, representados no lado esquerdo do balanço patrimonial, demonstram as formas na qual foram aplicados os recursos investidos na empresa. As contas, dispostas em ordem decrescente do grau de liquidez dos elementos, estão divididas nos seguintes grupos: ativo circulante e ativo não circulante: composto pelos subgrupos realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. Esses subgrupos do ativo não circulante estão em ordem de liquidez crescente. (COUTINHO et al., 2012).

Os ativos não circulantes têm algumas características específicas segundo Coutinho:

- valores não mudam com frequência;
- representam bens e direitos (sobre os quais a empresa tenha controle) de vida útil longa (acima de um ano);
- é constituído por itens que são meios para atingir seus objetivos sociais;
- seus itens são utilizados como meio de produção ou renda, não destinado à venda.

O problema com a maioria dos ativos intangíveis é que eles podem ser de difícil identificação e seus benefícios econômicos futuros são, muitas vezes, consideravelmente mais incertos do que para os ativos tangíveis (Zittei et al., 2013). Segundo Perez e Mafá (2005), os ativos intangíveis são importantes no desempenho econômico da empresa. Em uma pesquisa realizada com 699 empresas nos Estados Unidos, constatou que as organizações com maior parcela dos seus ativos sendo consideradas como ativos intangíveis geraram mais valor para seus acionistas. No período analisado os ativos tangíveis resultam apenas em lucros normais, a verdadeira criação de valor das entidades se deu dos ativos intangíveis.

De acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, o Ativo Intangível deve aparecer no Balanço Patrimonial das empresas como subgrupo do Ativo não circulante. A CPC 04 a entidade deve demonstrar que atenda a definição (Itens 8 a 17) e os adotar os seguintes critérios de reconhecimento (itens 21 a 23). Segundo o CPC 04, ativo intangível é: “um ativo não monetário identificável sem substância física”.

Segundo Zittei et al. (2013, p.4), “O ativo intangível ou incorpóreo, ou invisível, são bens que não podem ser tocados ou pegos, mas que passam a ter grande relevância a partir das ondas de fusões e incorporações na Europa e nos Estados Unidos. Referem-se a marca, a imagem, a posição comercial e etc. Podem ser mais valiosos que os bens tangíveis”.

Para Iudicibus (2009, p.225), ativos intangíveis são “um ativo de capital que não tem existência física, cujo valor é limitado pelos direitos e benefícios que antecipadamente sua posse confere ao proprietário”. Hendriksen e Breda (2007) definem três características específicas que supostamente distinguem os ativos tangíveis dos intangíveis, que são: inexistência de usos alternativos, a falta de separação e a maior incerteza quanto à recuperação.

Devido a sua subjetividade e a falta de um método que seja de consenso geral, muitas empresas não divulgam informações sobre os ativos intangíveis e conseqüentemente são omitidos das demonstrações contábeis, provocando grandes alterações no balanço final (ALVES, 2010).

Muitos estudos de contabilidade são feitos para que se tenha um método comum de evidenciação desses ativos. Porém a incerteza quanto a sua mensuração continua até os dias atuais, o CPC 04 buscou definições de forma a incentivar as empresas a evidenciar essa linha de ativos da demonstração contábil, são eles: “(a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso da entidade; ou

(b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações”.

### 3.2 ATIVOS INTANGÍVEIS E SUA COMPOSIÇÃO

Um dos ativos intangíveis mais complexos de evidenciação é o ativo elaborado internamente, primeiro pela dificuldade de encontrar um ativo que gerará os benefícios econômicos futuros e segundo, determinar com segurança o curso do ativo. Para esses ativos específicos à norma traça algumas características para sua contabilização. (CPC 04)

Os ativos deverão atender seus critérios de reconhecimento, eles serão classificados como: “fase de pesquisa e/ou fase de desenvolvimento”. Caso a organização não consiga diferenciar as fases, o gasto deverá ser incorrido somente na fase de pesquisa.

Na fase de pesquisa de um projeto interno a entidade não poderá demonstrar que existe um ativo intangível que irá propiciar benefícios econômicos prováveis no futuro. Tais gastos são reconhecidos como despesas quando incorridos. São exemplos de atividades para obter um novo conhecimento, busca de alternativas para materiais, formulação de projetos, entre outros.

Uma série de exigências são feitas para o reconhecimento de um ativo intangível gerado internamente, pois as organizações devem comprovar que cumprem os critérios estabelecidos (NOGUEIRA, 2009). Não há evidências que esses ativos deverão ser reconhecidos, as referências das fases adequam-se aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, excluindo os gastos de pesquisa e capitalizando os gastos de desenvolvimento quando esse atende a vários requisitos. (CRISOSTOMO, 2009)

Na norma, a descrição do custo de um ativo intangível gerado internamente compreende todos os custos diretamente relacionados: com a sua criação, produção e preparação, por forma a que possa funcionar IASB (2004). Como exemplos pode se mencionar: os custos de materiais e serviços utilizados ou consumidos para gerar o ativo intangível; as taxas de registro de um direito legal; entre outras. (NOGUEIRA, 2009)

Já segundo Crisostomo (2011) a valoração dos ativos intangíveis realizados internamente para sua capitalização, deve-se considerar apenas o valor gasto realizado para sua geração ou deve se adicionar de algum valor associado a seu potencial de obtenção de benefícios futuros. Diferente dos intangíveis adquiridos, que são capitalizados apenas pelo seu valor de aquisição.

Nos casos de ativos intangíveis criados internamente, como em ativos adquiridos, haverá mudança de valores mesmo após a sua capitalização, são elas: amortização e/ou depreciação quando há decréscimo de valor e reavaliação para acréscimo de valor. Alguns sistemas não são amortizados por não terem seu tempo de vida útil descritos. A reavaliação do valor deverá ser feita através baseada no valor *just (fair value)*, menos amortização e depreciação, só se esse valor poder ser determinado pela referência do mercado. (CRISOSTOMO, 2009)

### 3.3 CONTABILIDADE E O CAPITAL HUMANO NOS CLUBES DE FUTEBOL

Segundo Pistore (2015) a contabilidade demonstra condição para análises e melhorias, que devem ser usadas para melhorar o desempenho. A respeito do capital humano Nogueira (2009), relata o conflito que vários autores tinham quanto ao valor que deveria ser considerado no ativo, pois surgem duas linhas de pensamento distintas: a primeira considera que o valor que deveria ser registrado é o valor atual mais o potencial de lucro futuro, entretanto a segunda vertente atesta que todos os custos relacionados para conseguir os serviços de um trabalhador e sua formação precisam seriam necessários coloca-los.

Os clubes de futebol são empresas que movimentam grandes valores, a maior parte proveniente de recursos intangíveis, que são os atletas e suas atividades (Alves, 2010). Os direitos federativos, antigos “passes”, constituem o principal ativo de um clube de futebol e que por natureza se caracterizam ativos intangíveis. Os passes de acordo com a Lei 6.354, artigo 11 é: “entende-se por passe a importância devida por um empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou, depois de seu término, observadas as normas pertinentes”.

A extinção do passe na lei 9.615, denominada, Lei Pelé: “*Art.28. Parágrafo 2o O vínculo desportivo do atleta com a entidade contratante tem a natureza acessória ao respectivo vínculo empregatício, dissolvendo-se, para todos os efeitos legais, com o término da vigência do contrato de trabalho*”.

Seguindo a linha da profissionalização e clareza das informações acerca do balanço financeiro dos clubes de futebol em 2003 foi publicada a Lei 10.672/03 conhecida como a Lei da “Moralização do Futebol” obrigando da aprovação das contas dos clubes em assembleia geral dos associados. Esta lei introduziu no texto da Lei Pelé, o artigo 46- A, obrigando os clubes de futebol, independente da forma jurídica adotada a “elaborar e publicar, até o último



dia útil do mês de abril suas demonstrações contábeis na forma definida pela Lei 6.404/76, após terem sido auditadas por auditores independentes”.

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a lei nº 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, entrando em vigor no exercício 2008. Essa lei adaptou as normas e práticas contábeis do Brasil aos *padrões internacionais de contabilidade*. (SANTOS, 2010).

Santos (2010) afirma que das mudanças provocadas por essa lei, que podem ser aplicáveis a clubes de futebol, pode-se resumir em: “a) Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa; b) Criação do subgrupo de Intangível, no ativo permanente; c) o uso de estimativas é requerido para contabilizar certos ativos, passivos e transações; d) Obrigatoriedade de análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo do clube (“*impairment*”); e) Avaliação e conclusão pela não necessidade de registro do Ajuste a Valor Presente – AVP, para os ativos e passivos de longo prazo e, de curto prazo quando aplicável.”

Os valores envolvidos nos clubes de futebol, segundo Somoggi (2013) 20 clubes do futebol brasileiro arrecadaram R\$ 3,1 bilhões de reais, o que demonstra o interesse de investidores em explorar economicamente o futebol brasileiro. Em uma pesquisa realizada por Rezende (2010) utilizando 70 demonstrações contábeis de 35 clubes de futebol brasileiros no período de 2001 a 2007, constatou-se que o nível de evidenciação está relacionado ao tamanho econômico dos clubes, e que após a adoção de leis coercitivas aumentou o número de informações publicadas, principalmente com o gasto na contratação e formação de atletas.

Para Nogueira e Silva (2009), os jogadores de futebol se enquadram como ativos intangíveis dos clubes de futebol por serem fáceis de identificar, pois podem ser separados da corporação e vendidos, transferidos ou trocados. O controle fica na responsabilidade dos clubes, através dos contratos estabelecidos.

Diferente do capital humano representado por funcionários de uma empresa, os clubes detém o direito legal para retê-los e registra-los em suas demonstrações contábeis. No caso do funcionário, ele pode entregar a carta de demissão quando quiser, saindo da empresa, por isso não pode ser registrado contabilmente. (ALVES, 2010)

### 3.4 CUSTO DO ATIVO INTANGÍVEL NOS CLUBES DE FUTEBOL

Após a evidenciação e mensuração dos ativos intangíveis, outro ponto relevante que sempre é questionado: como poderia classificar os ativos intangíveis dentro das empresas?

Segundo Edvinsson & Malone (1997), os ativos e recursos intangíveis podem ser agrupados em: relacionamento com clientes, conjunto de processos produtivos e de prestação de serviços, capacidade de renovação e desenvolvimento (P&D) e capital humano.

Há clubes que tratam os gastos incorridos com a formação de atletas e aqueles relativos à contratação ou renovação de contrato de atletas profissionais como ativos intangíveis. De acordo com Cruz e Azevedo (2010), o valor atribuído a um jogador formado internamente será dado pelo seu custo de formação. No qual deve constar todos os dispêndios financeiros em que o clube incorreu para formá-lo e o mesmo ter condições de assinar o seu primeiro contrato. Conceito de custo de produção, que se tratando especificamente da formação de jogadores é composto por: mão de obra direta e custo indireto de produção. Considerando “matéria-prima” como os jovens jogadores, têm-se, os custos de transformação (mão de obra direta e custos de produção).

Segundo Dantas et al. (2011) são considerados intangíveis, os custos diretamente relacionados com a contratação e renovação de atletas profissionais e o custo de atletas em formação. A amortização dos valores dos contratos de atletas profissionais é realizada de acordo com o prazo de cada contrato e sobre o custo de formação dos atletas é considerada no encerramento do exercício a possibilidade de recuperação econômico-financeira do valor líquido contábil de cada atleta em formação. Constatada que tal recuperação, total ou parcial, não se realizará, é constituída provisão para perda ou baixado do ativo. Segundo o inciso 24 da IASB (2004), ao ativo intangível deverá ser valorizado inicialmente seu custo. No âmbito da entidade estudada, não terá muitas dúvidas quanto à contabilização dos recursos intangíveis e sua evidenciação. Trata-se da contabilização de jogadores formados internamente nos clubes de futebol (Nogueira, 2009).

O clube de futebol Internacional considera em seu instangível que os atletas amadores são os atletas menores de 16 anos ou que não tenham assinado contrato profissional com o clube, estes, são classificados na conta Atletas em Formação, e incluem os gastos apurados individualmente através de um Sistema de Custo. Estes atletas são constantemente avaliados por uma equipe técnica das Categorias de Base do Clube para constatar o interesse do Clube em sua continuidade ou dispensa. Uma vez havendo a dispensa de um atleta amador das categorias de base, verifica-se a irrecuperabilidade do valor investido, portanto realiza-se a baixa para despesa.

Na rubrica de intangível do BP do clube Flamengo de 2014 são registrados os gastos (luvas, direitos federativos e econômicos (quando aplicável), intermediação, etc) com a contratação e renovação de contrato de atletas profissionais. A amortização é calculada de

acordo com o prazo de vigência do contrato. Os valores relativos aos direitos de exploração de imagem dos atletas são reconhecidos no ativo intangível pelos valores nominais constantes nos contratos de cessão de direito de imagem. As amortizações do intangível são realizadas de acordo com o prazo contratual para a parcela ativa e os pagamentos são realizados de acordo com os cronogramas financeiros previstos contratualmente. Já os atletas em formação são reconhecidos pelos valores gastos diretamente relacionados com a formação de atletas (alojamento, alimentação, transporte, educação, vestuário, assistência médica, comissão técnica, etc.). Quando da profissionalização do atleta, os custos são transferidos para a conta específica de “Atletas formados” e amortizados no resultado do exercício pelo prazo contratual firmado.

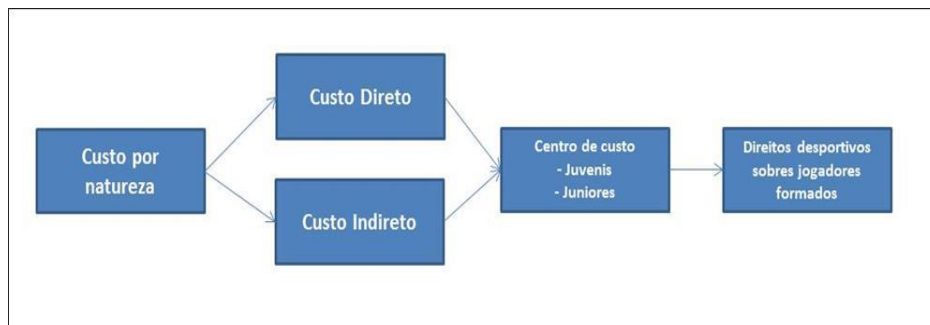
No clube Botafogo de Regatas, em intangível (BP de 2014) foram registrados os gastos diretamente relacionados com a contratação e renovação de atletas profissionais, gastos de atletas em formação individualizados por atleta e categoria no processo de formação e conforme determinado pela resolução nº 1.429/2013 os valores relativos a direito de imagem. A amortização dos gastos com a contratação de atletas profissionais é realizada de acordo com o prazo de cada contrato. No ato da profissionalização de um atleta das categorias de formação, os gastos acumulados até então, são transferidos do intangível em formação para o intangível e amortizados com base no prazo contratual. No encerramento do exercício é avaliada a possibilidade de recuperação econômico financeira (impairment) do valor líquido contábil de cada atleta em formação. Constatada que, tal recuperação, total ou parcial não se realizará, é constituída provisão para perda ou baixa do ativo (impairment)

O São Paulo Futebol clube aponta que os valores gastos com a formação, contratação e renovação de contratos de atletas são registrados pelo custo de aquisição ou formação e amortizados pelo prazo previsto no contrato firmado entre o Clube e o atleta. No final de cada exercício o clube avalia a possibilidade de recuperação econômica financeira do valor líquido contábil do custo de cada atleta registrado nesta conta, e, caso existam evidências de irreversibilidade do custo, o valor é baixado em conta específica do resultado.

Segundo afirma Cruz (2010), a FIFA sugere que a formação dos jogadores seja realizada entre os 12 e 21 anos. Uma das principais decisões reside no momento a partir do qual o custo de formação começa: uma das hipóteses sugere a individualização de cada jogador, desde seu ingresso no clube, proposta defendida por Nogueira e Ribeiro (2009), porém a capitalização dos gastos se faria antes da celebração do contrato profissional, hipótese que teria de ser descartada por não respeitadas normas contabilistas.

Por outro lado, cada jogador da base em formação pode ser considerado como um projeto de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), porém visto que muitos jogadores não atingem o patamar desejado pelos clubes para que sejam considerados com possibilidades de integrar o elenco profissional, acabam por deixar o clube e não compor a parcela de intangível referente ao elenco principal. Cruz e Azevedo (2010) acreditam que o modelo a ser adotado de valorização para o jogador formado internamente é de centros de custo, porque permite que sejam acumulados somente os custos necessários na formação do jogador. Os custos serão capitalizados assim que o jogador firmar um contrato profissional, ou seja, entrar na categoria juvenil ou Junior. Os gastos anteriores não são capitalizados, sendo reconhecidos como despesas no período, pois ainda não é possível se esperar benefícios econômicos futuros do atleta. A partir deste modelo, figura 1, os custos de formação devem ser capitalizados em diretos e indiretos para cada jogador formado internamente.

Figura 1: Etapas de valorização do direito desportivo do jogador formado internamente, através da aplicação do método dos centros de custo.



Fonte: Adaptado de Cruz e Azevedo (2010)

Segundo Cruz e Azevedo (2010) existem três métodos para saber o montante acumulado pelo jogador: 1) imputar ao direito desportivo apenas a fração do custo total que corresponde ao formando; 2) imputar ao direito desportivo a totalidade do custo apurado na categoria a que o formando pertenceu; 3) imputar ao direito desportivo uma proporção do custo total apurado na categoria a que o formando pertenceu durante a época desportiva. Sendo que o autor defende que, por se tratar de um esporte coletivo, a totalidade dos custos deve ser contabilizada, pois “só considerando o grupo é possível atender aspectos comportamentais na formação do jogador. Com efeito, o comportamento do desportista pode ser visto como variável decisiva no sucesso profissional.”

Portanto, somente em função do coletivo é que o jogador conseguirá destaque e se tornará um atleta profissional, por isso, os custos totais devem ser reconhecidos como custo

de formação do mesmo e, caso dois ou mais jogadores se tornem profissionais, os custos totais deverão ser repartidos em partes iguais, sendo que se em alguns momentos os custos superarem as expectativas de rentabilidade futura, deverá ser feito o teste de recuperação dos ativos.

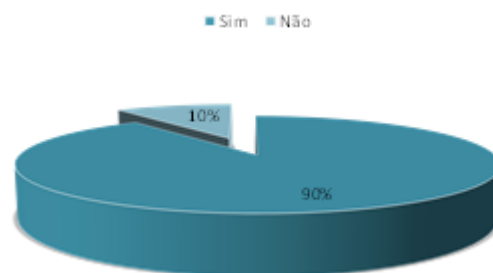
No estudo realizado por Rezende et al. (2010) os gastos com a formação de atletas amadores pelos clubes brasileiros entre os períodos entre 2001 a 2007, verificou-se que o tratamento contábil, não apresentou homogeneidade, ou seja, antes da mudança da legislação, utilizavam critérios variados. Segundo Maia (2013) os clubes brasileiros apresentam grandes diferenças entre si na forma de evidenciar as informações, principalmente as relativas aos ativos intangíveis que apesar de ser exigido pelo CPC 04, não foram contempladas pelos clubes brasileiros. Os gastos diretamente relacionados com a formação de atletas com base mensal e regime de competência por categoria (infantil, juvenil e júnior), dos dez clubes brasileiros, apenas três clubes evidenciaram gastos por categoria na formação dos atletas.

## 4 RESULTADOS

### 4.1 O JOGADOR COMO BEM INTANGÍVEL

Conforme explicado na revisão da literatura, os clubes de futebol podem ser considerados como empresas, que movimentam grandes valores, sendo grande parte representada de recursos intangíveis que são os atletas. O gráfico 1 aponta a divisão de base tratada como unidade de negócio, pois 90% das respostas são afirmativas.

Gráfico 1: Base tratada como unidade de negócio

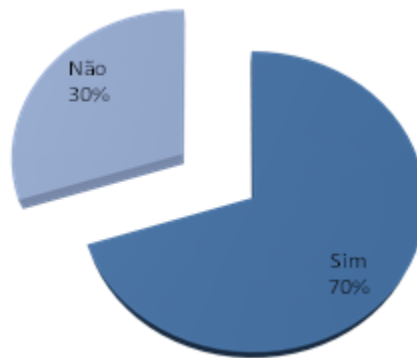


Fonte: Autores (2014)

Muitas vezes a comercialização de atletas oriundos das categorias de base é vista como alternativa para geração de receita, e isso justifica a venda dos jogadores cada vez mais jovens, porém os custos de formação proposto por Cruz e Azevedo (2010) parece não compor o modelo de gestão, bem como não se estruturam indicadores claros conforme propõe Carvalho et al. (2016) para a gestão profissional.

A preocupação com realização a homogeneidade do tratamento contabil apresentada por Rezende et al. (2010), fica evidente com o gráfico 2 que reflete que os clubes brasileirostem dificuldade de processar tal contabilização. Os clubes deveriam contabilizar a formação dos atletas no balanço porque eles representam o ativo intangível e o resultado é apresentado. Quanto à contabilização da formação do atleta no balanço 70% dos clubes realizam essa atividade e 30%, não.

Gráfico 2: Contabilização da formação do atleta no balanço do clube

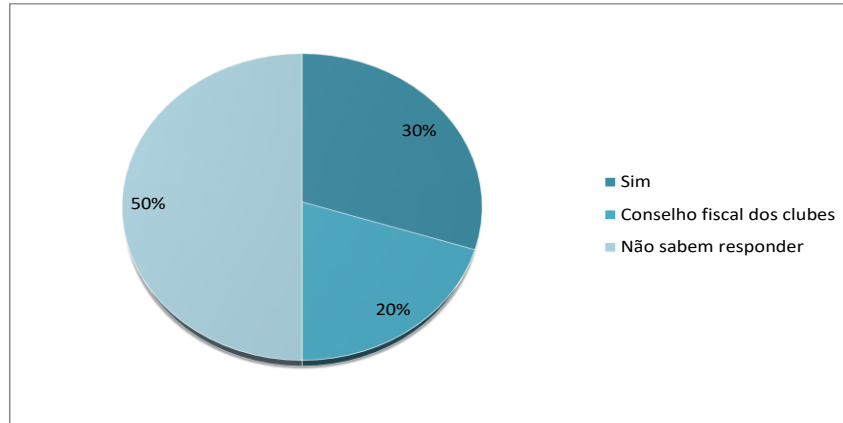


Fonte: Autores (2014)

Diferentemente da vertente teórica na qual expunha uma tendência a maior transparência dos clubes e clareza de detalhes na exposição dos custos, como se pode observar, embora exista um movimento a favor da contabilização da formação ela ainda não é realizada em alguns clubes. Sabe-se da existência de uma complexidade na contabilização desses custos, porém tendo em vista o dinheiro movimentado no negócio futebol e a prestação de contas com os *stakeholders*, os clubes devem priorizá-lo.

Seguindo a constatação de Maia (2013) de que os clubes brasileiros apresentam grandes diferenças entre si na forma de evidenciar as informações, o gráfico 3 corrobora através da verificação de que 50% dos dirigentes não sabem responder se a contabilização do custo de formação do atleta no balanço contribui para a valorização do ativo intangível. Visto que para 30% essa contabilização valoriza o ativo intangível, confirmando um conhecimento de suma importância.

Gráfico 3: Contribuição da contabilização para a valorização do ativo intangível



Fonte: Autores (2014)

Alinhados a falta de conhecimento sobre o tema, 20% responderam que essa informação poderia ser repassada pelo conselho fiscal. Sabe-se que o conselho fiscal é responsável pela aprovação de balanços e orçamentos financeiros e não pela contabilização ou incorporação de valores ou informações ao balanço do clube.

O conhecimento contábil é importante e os resultados do gráfico representam a falta de conhecimento. O valor atribuído a um jogador formado internamente será dado pelo seu custo de formação mais o potencial de lucro futuro. Os custos de formação desse jogador são todos os dispêndios financeiros em que o clube ocorreu para forma-lo. Esses poderiam ser calculados como sugestão, com o uso do modelo de centro de custo, corroborando e viabilizando o que Cruz e Azevedo (2010) citam sobre o valor atribuído a um jogador formado internamente que deve ser dado pelo seu custo de formação. Portanto, os poderiam ser capitalizados os jogadores com contratos, os gastos anteriores não são capitalizados, sendo considerados nas despesas no período, pois ainda não são esperados benefícios econômicos futuros dos atletas.

## 5 CONCLUSÕES

Durante a revisão de literatura constatou-se que os fatores limitantes de planejamento nas categorias de base são: falta da evidenciação desses jogadores como ativos intangíveis dos clubes, falta de um planejamento estratégico na captação e desses jogadores e a inexistência do uso de ferramentas científicas como forma de reduzir os custos e aumentar a qualidade na produção.

Durante a análise dos resultados, alguns clubes se mostraram dedicados a contribuir para a mitigação dos problemas e outros, se mostraram céticos quanto a viabilidade de se trabalhar para quantificar o ativo intangível de forma estruturada e organizada.

Outra análise importante é a forma na qual os clubes tratam as categorias de base, 90% afirmam ser uma unidade de negócio, sendo assim o lucro obtido com a venda dos jogadores da base é importante para manter o fluxo de caixa dos mesmos, tanto que consideram o jogador como um ativo do clube. Entretanto desconhecem que os jovens das categorias de base formados internamente são considerados ativos intangíveis.

O valor de um atleta quando não mensurado não representa o que foi investido no mesmo, se perde o controle do processo de transformação do valor, a contabilização dos ativos intangíveis existentes em uma organização desportiva do futebol, é uma atividade de gestão que viabiliza e permite que uma gestão profissional seja implantada.

Como proposta de estudo futuro se propoe a criação de metricas de gestão financeira que possam avaliar o a estrutura de ativos intangiveis medida em relação a saúde financeira das mesmas, contribuindo para que as organizações progridam em seus estágios do ciclo de vida organizacional.

## REFERÊNCIAS

Alves, C.S. (2010). Mensuração e evidenciação de ativos intangíveis nas demonstrações contábeis: um estudo de caso em clubes de futebol. Trabalho de conclusão de curso do Curso de Ciências Contábeis e Atuarias. UFRGS: Porto Alegre.

Brasil, Lei 6.354/76 de 02 de Setembro de 1976. (1976). Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providencias. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

Brasil, Lei 9.615 de 24 de março de 1998. (1998). Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

Campos, R.M., Mello, J.A.V.B. (2014). Planejamento e estratégias de captação de recursos em organizações desportivas. Anais do XXXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção.

Carvalho. F.S.M., Castro, P.O.C., Guabiroba, R.C.S. (2016). Eficiência e eficácia de clubes de futebol – uma análise comparativa. Revista Produção e Desenvolvimento, 2(2), 101-114.

Conselho Federal de Contabilidade. (2005). Princípios Fundamentais e normas brasileiras de contabilidade/Conselho Federal de Contabilidade. 2.ed. Brasília: CFC,2005. Disponível em: < <http://www.cfc.org.br/uparq/livro-nbc-gerais.pdf>>. Acesso em 20 Nov. 2015.

Cpc, Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento técnico CPC 04, 2009. Disponível em < [http://www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_04n.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_04n.pdf)>. Acesso em: 20 Nov. 2013



- Crisóstomo, V.L. (2009). Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países. *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, 12(1), 50-68.
- Cruz, S.N.S.R.A., Azevedo, G.M.C. (2010). Valorização do direiro desportivo resultante da formação. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, 4(1), 60-83.
- Dantas, M.G.S.; Silva, J.A., Boente, D.R. (2011). Detecção de outliers no desempenho econômico-financeiro do sport club corinthians paulista no período 2008 a 2010. *Revista Ambiente Contábil*, 3(2), 17-33.
- Edvinsson, L.; Malone, M.S. (1997). *Intellectual Capital:Realizing Your Company's True Value By Finding Its Hidden Brainpower*. New York: Harper Business.
- Hendriksen, E. S.; Breda, M.V. (1999). *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Iudícibus, S. (2009). *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Jahara, R.C.; Mello, J.A.V.B.; Afonso, H.C.A.G. (2016). Proposta de índice padrão e análise de performance financeira em 2014 dos clubes brasileiros de futebol da série A. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, 5(3), 20-40.
- Maia, A.B.G.R.; Cardoso, V.I.C., Ponte, V.M.R. (2013). Práticas de Disclosure do ativo intangível em Clubes de Futebol. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE*. 4(1), 1-17.
- Mantovani, E.F.V.; Santos, F.A. (2014). A contabilização do ativo intangível nas 522 empresas listadas na Bm&fbovespa. *Revista de Administração e Inovação*, São Paulo. 11(3), 311-328.
- Nogueira, S.P.S.; Ribeiro, N.A.B. (2009). Contabilização dos jogadores de futebol das Sociedades Anónimas Desportivas: Uma abordagem teórica á Luz da IAS 38. Instituto Politécnico de Bragança. Portugal.
- Pereira, C.A.; Rezende, A.J.; Corrar, L.J.; Lima, E.M. (2004). A gestão estratégica de clubes de futebol: uma análise da correlação entre performance esportiva e resultado operacional. *Anais do Congresso USP de controladoria e contabilidade*.
- Perez, M.M.; Famá, R. (2004). Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. *Anais do 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade*, outubro/2004.
- Pistore, G.C.; Foscarini R.; Philereno, D.C.; Silva, I.A.S.; Facci, K. (2015). Contabilidade de custos para formação de preço de venda: um estudo de caso em uma indústria de suspensões pneumáticas de Caxias do Sul-RS. *Revista Produção e Desenvolvimento*, 1(1), 31-49.

PERCEPÇÕES SOBRE VALORAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS EM CLUBES DE FUTEBOL DO RIO DE JANEIRO

José André Villas Boas Mello, Filipe Mendes Goncalves, Fernando Diego de Souza Correia, Hugo Marques Mourão

Rezende, A.J.; Dalmácio, F.Z.; Salgado, A..L. (2010). Nível de disclosure das atividades operacionais, econômicas e financeiras dos clubes brasileiros. *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, 13(2), 36-50.

Santos, M.T.; Cardoso, A.A. & CHAVES, C. A. (2010). Aplicação de PDCA e MASP na melhoria do nível de serviço em terceirização intralogística. *Anais do XIII SIMPEP - Simpósio de Engenharia de Produção*, Bauru.

Somoggi, A. (2014). Finanças dos clubes Brasileiros em 2013. Disponível em <<http://futebolbusiness.com.br/>> Acesso em 15/05/2014

Zittei, M.V.M.; Moura, G.D.; Hein, N. (2013). Análise da relação entre ativos intangíveis e os níveis de governança corporativa em que se encontram listadas as empresas na BM&FBovespa. *Anais... XV Congresso Latino-Iberoamericano de Gestão de Tecnologia - ALTEC*.